



Exmo. Senhor Presidente Da Comissão Eventual
para o acompanhamento da aplicação das medidas
de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do
processo de recuperação económica e social
Deputado Luís Moreira Testa

ASSUNTO: Requerimento para Audição Conjunta do Ministro da Educação, em conjunto com a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, com carácter de urgência

Na sequência do agravamento das condições sanitárias, o Governo decretou a suspensão das atividades letivas e não letivas pelo período de 15 dias, a partir do dia 22 de janeiro e, pelo menos, até ao dia 5 de fevereiro de 2021.

O confinamento da comunidade escolar e a interrupção das aulas presenciais não foi de imediato colmatada, contrariamente ao que seria expectável e ao que foi prometido, com o ensino à distância, mas com umas férias «forçadas» que ditarão o reajustamento do calendário escolar.

Ora, em maio de 2020 o Ministro da Educação, em entrevista ao Público, tinha plena consciência de que tal pudesse vir a acontecer ao afirmar que:

“Temos de nos preparar para em setembro — ou não em setembro, mas se calhar em outubro, ou novembro — termos o que os ingleses designam por ‘b-learning’, uma conjugação entre ensino à distância e ensino presencial”.

Oito meses depois, o país deveria estar preparado para enfrentar o cenário possível e provável de um novo confinamento forçado da comunidade escolar. Mas, ao que parece, não está. Os Diretores das escolas queixam-se da falta de 300 mil computadores

e de técnicos de informática. A capacitação dos docentes em ferramentas digitais ainda não teve início. A produção de conteúdos específicos e de ferramentas adicionais para o acompanhamento dos alunos não saiu do papel. Um conjunto de bloqueios e falhas estruturais e graves que não poderão ser contornadas ou resolvidas em apenas duas semanas.

Na iminência de iniciarem as aulas on-line, o GPPSD considera urgente compreender qual é o ponto de situação, que afetará toda a comunidade educativa, e qual é o cenário que se coloca a partir do dia 5 de fevereiro se o confinamento se mantiver.

No âmbito do objeto desta comissão, o GPPSD parece-nos ser fundamental garantir o cabal cumprimento da garantia dada pelo governo de que todos os alunos serão contemplados, as desigualdades serão mitigadas e tudo está a ser feito para que ninguém fique para trás. Bem como compreender que plano está a ser pensado para o regresso às aulas, nomeadamente em relação aos processos de testagem e vacinação.

Nesta conformidade, vem o Grupo Parlamentar do PSD requerer, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, **a audição com do Ministro da Educação nesta comissão, com caráter de urgência, em conjunto com a Comissão de Educação, Ciência, Desporto e Juventude.**

Palácio de São Bento, 03 de Fevereiro de 2021

Os Deputados,

Ricardo Baptista Leite

Luís Leite Ramos

Cláudia André

António Cunha

Filipa Roseta

Rui Cristina